

O BIBLIOTECÁRIO NAS ESCOLAS: UMA NECESSIDADE

Eliane Fioravante Garcez

Resumo: Aborda aspectos quanto à importância da biblioteca e do profissional bibliotecário no contexto escolar. Discorre sobre o trabalho colaborativo do corpo docente para a inclusão da biblioteca em suas práticas pedagógicas. Por meio de dados oficiais, comprova os poucos investimentos na biblioteca escolar e o quanto estas carecem de profissionais bibliotecários. Relaciona o baixo desempenho dos estudantes à falta de instrumentos que favoreçam a leitura e a pesquisa na escola. Alerta que o Poder Executivo Estadual deve tratar com urgência a criação do Cargo de Bibliotecário vinculado à Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Palavras-chave: Biblioteca escolar; Ensino-aprendizagem; Bibliotecário escolar.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Censo Escolar de 2004 (BRASIL, 2005) são baixos os percentuais de bibliotecas e de bibliotecários nas escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) e profissionalizante no país. Das 210.074 escolas, apenas 25% possui biblioteca nas suas estruturas; deste total, 33% são bibliotecas escolares da rede privada e 67% são bibliotecas escolares da rede pública de ensino.

A ausência ou a pouca atuação da biblioteca na unidade escolar é forte indicativo de que a formação do educando se dá, quase que exclusivamente, por meio de conhecimentos repassados pelo professor, que, aliado ao livro didático, funcionam, segundo Antunes, W. A. (1987, p. 60), como “verdadeiras pílulas anti-cultura e anti-biblioteca.”

Os dados levantados pelo Censo comprovaram, ainda, o inexpressivo número de profissionais bibliotecários que atuam nessas poucas bibliotecas. Apenas 1,4% das bibliotecas de escolas brasileiras de ensino básico e profissionalizante possuem bibliotecários como responsáveis pelo setor, sendo que deste percentual, 71% são privadas e 29% são públicas. Sem este profissional, as normas de funcionamento, a formação da coleção, o tratamento da informação e os serviços oferecidos pela biblioteca são instituídos sem discussão e sem critérios adequados, deixando de atender de forma satisfatória às necessidades da comunidade escolar e de criar e/ou incentivar, nessa mesma comunidade, mudanças quanto ao hábito de leitura e de pesquisa.

Esse quadro desanimador pode ser confirmado no Estado de Santa Catarina, uma vez que, além da precariedade no funcionamento de suas bibliotecas escolares, há carência de profissionais bibliotecários nas 1.329 unidades escolares.

Assim, registra-se a denúncia da situação de abandono da biblioteca escolar e, principalmente, do descaso ao seu usuário, revelando padrões muito baixos de qualidade no acesso à informação, e da necessidade de implementar investimentos em políticas públicas voltadas à educação básica.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A quase inexistência no meio escolar somada à pouca atuação do profissional bibliotecário, fazem com que a biblioteca, para a maioria da população, seja concebida como qualquer lugar com livros e estantes, não importando a qualidade e o tamanho do espaço físico e do acervo; usuário é apenas o aluno, como se o professor tudo soubesse e não precisasse fazer uso da biblioteca; bibliotecário é a designação genérica para quem está na biblioteca, podendo ser professor, aluno, ou funcionário remanejado de outra área da escola, que, independente do nível de formação, é chamado, erroneamente, de bibliotecário.

A escola deve propor aos alunos atividades que os levem a desenvolver as habilidades de debater, deduzir, analisar, interpretar, provar, concluir, conceituar, demonstrar, refletir, criticar, sintetizar/resumir, reproduzir, ajuizar, discriminar, solucionar problemas, revisar e pesquisar (ANTUNES, C., 2002). Mas, para que isto seja possível, é necessário que os alunos tomem distância do aprendizado centrado na oralidade do professor e do uso quase que exclusivo do livro didático, aproximando-se cada vez mais da biblioteca - onde terão oportunidade de estudar, de conhecer e de refletir sobre vários assuntos, em diferentes abordagens e formatos.

O Governo tem encaminhado livros às escolas públicas, através do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), mas estes acabam sumindo pela falta de local apropriado (biblioteca), pela falta de tratamento adequado (carência do profissional bibliotecário) e pela falta de dinamização de leituras, reflexo da pouca parceria ou da pouca aproximação entre bibliotecários e professores.

2.1 Biblioteca escolar: que espaço é esse?

Para Borba (2000, p. 18) a biblioteca escolar é, no sistema educativo, “indispensável para o desenvolvimento curricular e como tal deve responder de forma satisfatória e eficiente os seus serviços à comunidade na qual ela está inserida.”, mas muitas vezes a encontramos dissociada deste ideal.

A biblioteca escolar possui as funções educativa e cultural. A primeira auxilia a ação do aluno e a do professor e, a segunda complementa a educação formal, ao oferecer possibilidades de leitura, colaborando para que os alunos ampliem os conhecimentos e as idéias acerca do mundo, além de incentivar o gosto pela leitura na comunidade escolar. (RIBEIRO, 1994; FRAGOSO, 2002).

Para que a biblioteca escolar possa atender às demandas de sua clientela, é fundamental que possa contar com espaço físico, recursos (humanos, materiais e orçamentários) e acervo em constante atualização e em número suficiente.

Para Lemos (1998, p. 347, grifo nosso) enquanto instituição social é necessário que a biblioteca possua cinco pré-requisitos:

a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo da organização e sistematização, uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informações conhecidas ou pressupostas, e, por último mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre usuários e os serviços da biblioteca.

Assim, ao mesmo tempo em que se constata o amplo papel da biblioteca e do bibliotecário no contexto escolar, pode-se perceber que há falta de garantias e de ações para a existência de ambos nas unidades escolares, quer por parte do Poder Público, quer por parte do Poder Privado.

2.1.1 O Estado e a biblioteca escolar

A importância dada pelo Governo à biblioteca escolar é registrada em alguns dispositivos legais, mesmo quando em alguns textos não encontramos, explícito, o termo biblioteca.

O artigo 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 137-138, grifo nosso), lista os princípios norteadores da educação, dos quais se dá destaque aos incisos II e VII, por tratarem, respectivamente, da “liberdade de *aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;*” e da “garantia de *padrão de qualidade.*”

A Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (BRASIL, 1996, grifo nosso) conhecida como Lei Darcy Ribeiro, que aprovou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 4º, inciso IX estabelece como dever do Estado para a educação pública, dentre outros, a garantia de “*padrões mínimos de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.*”

Mesmo sem especificar quais os insumos indispensáveis para que haja garantia da qualidade no processo ensino-aprendizagem, entende-se que se enquadram nesse quesito: os laboratórios, as quadras de esportes, os livros, *as bibliotecas*, ou seja, aparelhamento e condições físicas, para que os profissionais possam oferecer ensino de qualidade, o que refletirá numa aprendizagem também de qualidade.

O artigo 22 da LDB (1996, grifo nosso) cita que:

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e *fornecer-lhe meios* para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Em Santa Catarina, a biblioteca (espaço físico e acervo) aparece na Lei Complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998, que aprovou o Sistema Estadual de Educação (SC), e que, no artigo 67, dispõe sobre as características físicas básicas dos prédios escolares, transparecendo a preocupação com a biblioteca. Consta no inciso III do referido artigo que as bibliotecas devem estar adequadas às necessidades de professores e alunos nos diversos níveis e modalidades de educação e ensino, e que deve ser garantida a atualização do acervo bibliográfico. (SANTA CATARINA, 1998, p. 85-86).

Apesar deste registro, a situação das bibliotecas no Estado Catarinense permanece em situação de quase abandono, comprovando que a carência de ações impede que a sua intencionalidade seja concretizada. A Portaria 003/SED, de 04/04/2003, que designou professores excedentes e readaptados como responsáveis por bibliotecas, laboratórios de informática e outras áreas fundamentais da escola, tenta minimizar esta situação e, por outro lado, aponta para a necessidade da ativação destes espaços.

O Governo, por meio do Sistema Nacional da Educação Básica (SAEB), tem feito uma auto-avaliação das ações públicas destinadas ao ensino básico e os resultados têm mostrado um quadro bastante desconfortável às classes política e educacional.

O SAEB realizado em 2003 revelou que dos alunos matriculados na 4ª série de todo o país, 59% não conseguem entender textos completos e 52% são incapazes de resolver questões de matemática próprias para sua idade, sendo este desempenho classificado pelo Ministério da Educação (MEC) como crítico ou muito crítico. (ALMANAQUE Abril, 2004).

Estes percentuais comprovam que existe, realmente, um vazio no meio escolar, e acredita-se que a inclusão da biblioteca e do profissional bibliotecário sejam alguns dos itens com possibilidade de preenchê-lo.

2.1.2 O profissional bibliotecário com atuação na escola

O bibliotecário escolar, conquanto raramente presente nas escolas, é o profissional qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar. (MANIFESTO IFLA/UNESCO PARA BIBLIOTECA ESCOLAR, 2005).

Segundo Abreu et al. (2002, não paginado) “[...] a questão dos recursos humanos, [...] configura-se como um problema central na organização e no efetivo funcionamento das bibliotecas escolares, a exigir definições políticas e administrativas.”

Para Martucci (2005, p. 353) nesta questão reside o “âmago da problemática da biblioteca escolar nos sistemas públicos de ensino”. E que se repete no setor privado.

De acordo com Sales (2002, p. 28) a atividade do bibliotecário está vinculada ao “exercício da cidadania [...] ao livre acesso à informação”; portanto, no ambiente onde atua é o intermediário entre o acervo e o leitor.

Fragoso (2002) e Ribeiro (1994), ao mencionarem os objetivos/funções da biblioteca escolar, passam a idéia do papel do bibliotecário que nela atua.

Diante de tantos desafios, é fundamental que esse profissional possa contar com equipe, espaço físico para acomodar acervo e usuários, verba mensal e específica para a aquisição e atualização do acervo, códigos para o tratamento da coleção, e *software* para a agilização dos serviços.

Para Silva, W. C. (1999, p. 79) o bibliotecário escolar deve “[...] dedicar-se menos às atividades mecanizadas e muito mais a programas de incentivo à leitura, junto aos alunos, com o apoio de outros educadores, como os professores e os especialistas.” No entanto, na maioria das vezes, contando apenas com uma “equipe”, como manter o acervo atualizado, organizado e as informações de fácil recuperação e ainda promover práticas dinamizadoras de leitura?

Como não são poucas as atribuições do bibliotecário, a presença de auxiliar (es) é fundamental para que se possa melhorar o atendimento ao público, planejar e executar projetos e estudos, tratar tecnicamente o acervo, melhorar a orientação aos usuários na pesquisa, manter contato com livreiros e editoras, participar de cursos de capacitação e de reuniões na própria instituição – sem que para isso seja preciso fechar a biblioteca.

Ao defender a presença de auxiliares na biblioteca da escola, é oportuno mencionar que esta deve estar condicionada a do profissional bibliotecário. O fato é que empresas públicas e até mesmo privadas, na tentativa de diminuir os custos com pessoal, têm buscado soluções paliativas para suas bibliotecas, contratando apenas auxiliar(es).

As medidas adotadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina servem para exemplificar tal entendimento. É comum a presença de professores

readaptados, e de alunos de Segundo Grau e universitários, através do programa de estágio “A PRIMEIRA CHANCE”, atuando nas bibliotecas escolares do Estado, ação que não vem garantindo o bom funcionamento desses espaços e nem a satisfação de seus usuários.

Quando existe bibliotecário atuando na escola, a concepção crítica deste espaço e, conseqüentemente, do profissional bibliotecário pela comunidade, passa ser mais aguçada, com possibilidade desta mesma comunidade reivindicar um melhor aparelhamento da escola e da própria biblioteca.

2.1.3 Acervo

Dentre as várias atividades desenvolvidas pelo bibliotecário escolar, a formação da coleção é preocupação constante, pois é a partir desta que se desenvolvem os produtos e serviços da biblioteca escolar.

O valor do acervo da biblioteca dá-se pelo fato de facilitar aos usuários o acesso ao saber socialmente elaborado. A oralidade não é o principal meio de transmissão e circulação desse saber. É por meio da escrita que ele pode ser recuperado, estudado e pesquisado para as propostas de ensino-aprendizagem. (SILVA apud CAMPELLO, 2001). Portanto, o investimento na coleção da biblioteca escolar é aspecto fundamental, uma vez que esta representa uma possibilidade de inserção social de seus usuários.

Para Sales (2002, p. 10), o acesso à informação variada e atualizada é condição para o exercício da cidadania pois esta “se manifesta e se constrói a partir da conscientização e da participação social e política dos homens na sociedade, o que pressupõe também o acesso a informações variadas e atualizadas.”

O acervo da biblioteca escolar serve para cativar e estimular, nos usuários, o interesse pela sua utilização. Por essa razão, é necessária a sua diversificação, respeitando a faixa etária e o interesse do usuário, tanto em relação ao suporte físico quanto aos diferentes temas e abordagens.

Segundo Figueiredo (1999, p. 57)

Apesar de toda a ênfase moderna na prestação de serviço aos usuários, uma biblioteca ainda é, essencialmente, uma coleção de livros e outros tipos de materiais. Nenhuma prestação de serviço pode substituir uma coleção pobre, e sendo a coleção a base para qualquer serviço, este deixará a desejar, se não tiver suporte numa coleção criteriosamente desenvolvida, de acordo com os interesses/necessidades de informação da comunidade de usuários.

No contexto escolar, a formação da coleção da biblioteca deve contemplar a participação/sugestão de professores e alunos. Não menos importante é o acesso do bibliotecário ao programa escolar dos professores, a fim de munir a biblioteca com material pertinente às necessidades de ensino-aprendizagem, com o perfil da instituição e adequados aos planos didáticos do professor.

Como a educação continuada do professor depende muitas vezes de acesso à bibliografia atualizada, é preciso que a biblioteca adquira também material bibliográfico necessário à capacitação do professor das diferentes disciplinas. (MACEDO e SEMEGHINI-SIQUEIRA, 2000).

Mas, o que se tem percebido, “*in loco*” ou por meio de estudos, é que, pela falta de recursos, a coleção vai se formando quase que exclusivamente por doações, o que, na maioria das vezes, têm comprometido a qualidade do acervo e afastado os leitores, quer pela baixa atratividade do material, quer pela inexpressiva relevância.

Esta questão foi levantada por Lemos (1998, p. 359) ao mencionar que “os materiais relevantes e que atendem a maior demanda dificilmente se obtém por doação ou permuta.”

Numa visão mais global, Silva, W. C. (1999, p. 59) afirmou que “o acervo da biblioteca escolar, em geral pobre e desatualizado, em função da carência crônica de recursos, [...] não atinge apenas a biblioteca, mas a escola [...] como um todo.”

Então, por parte da escola, parece não existir preocupação com esta questão, sendo que Vergueiro (1989, p. 10) afirmou que “[...] para muitos, o tamanho da coleção ainda parece significar um sinal de status.” Em função disso, muitas escolas têm orgulho do tamanho da coleção, na maioria das vezes fruto de doação, sem se preocupar com a qualidade e o interesse do seu público, transformando a biblioteca em um verdadeiro depósito de livros.

Com relação ao acesso às informações veiculadas na *WEB*, pode-se dizer que os alunos ainda estão desassistidos. Enquanto ouvem dos educadores que leitura e pesquisa são fundamentais para o aprendizado, na biblioteca da escola sequer encontram um ponto de acesso à *Internet*; inclusive a tecnologia para terem acesso ao acervo da própria biblioteca é ainda precária, para não dizer inexistente.

Portanto, o importante papel da biblioteca escolar não tem combinado com a escassez de recursos a ela destinados, o que exige, internamente, compromisso da Direção, da Associação de Pais e Professores (APP) e dos demais membros da comunidade escolar, e, externamente, dos poderes públicos e privados.

2.1.4 Localização e espaço físico

A biblioteca escolar é o reflexo do seu ambiente externo e interno. Com relação ao ambiente externo, a biblioteca deve estar localizada em local que favoreça a sua visualização, e longe de ruídos oriundos de ruas e avenidas, corredores e quadras de esportes, por gerarem desconforto, cansaço, desatenção e até irritabilidade às pessoas que a freqüentam. É necessário buscar ambiente propício às atividades de leitura e de pesquisa para os usuários e para os profissionais que nela atuam.

Quanto ao ambiente interno, a temperatura ambiente deve ser considerada, por interferir na comodidade dos freqüentadores e na conservação do acervo. A incidência excessiva de luz (solar ou artificial) e a umidade danificam qualquer suporte informacional e causam prejuízos à saúde das pessoas.

Com relação ao espaço físico, Lemos (1998, p. 363) registrou que “toda biblioteca conta, pelo menos, com duas importantes divisões de espaço: uma destinada ao público, onde também pode estar o acervo, e uma destinada às pessoas que lá trabalham.”

Infelizmente, independentemente de ser pública ou privada, na maioria das poucas bibliotecas existentes os usuários e os profissionais vêm ocupando o mesmo espaço físico, o que tem comprometido as atividades de ambos.

Com relação ao espaço destinado aos usuários, Douglas (1971, p. 82) sugeriu a existência de espaços próprios para leitura e para estudo. A sala de leitura deve contar com assentos suficientes para acomodar uma turma inteira “[...] 48 assentos, no mínimo para 300 alunos, 30 lugares suplementares para um efetivo superior a 500 alunos.”

O espaço para acomodar adequadamente o acervo também deve ser lembrado, a fim de evitar o acúmulo de livros e documentos em lugares de difícil acesso, colocados de qualquer jeito e à mercê de poeira, ácaros e insetos.

A higienização da biblioteca é outro ponto a ser destacado, uma vez que a limpeza diária é importante para a saúde e o bem estar de seus frequentadores e para a preservação e conservação do acervo.

Muitos outros fatores devem ser considerados como: altura e tamanho de mesas em função da sua utilização, modelo e altura de estantes, tipo e localização da iluminação, altura e localização de janelas e portas, pisos que evitam escorregões e ruídos, uso de películas nas janelas e definição quanto à localização das estantes como forma de inibir o desbotamento dos livros e soltura de páginas, causados pelo excesso de luminosidade, fiação e localização para a instalação de microcomputadores, dentre tantos outros, que não foram aqui mencionados, uma vez que as bibliotecas têm sido instaladas, na maioria das vezes, em espaços adaptados.

Acredita-se que essa situação seja resultado não apenas da carência de espaço físico disponível no ambiente escolar para a instalação da biblioteca, mas também, pela ausência do bibliotecário.

2.2 A contribuição do Corpo Docente para o uso da biblioteca escolar

Para Garcia apud Leite (1999, p. 33) “o professor é a mola propulsora do trabalho com a leitura e, certamente o principal artífice do processo de aproximação entre aluno, leitura e a biblioteca.”

De acordo com Válio (1990, p. 21) o professor deve ser “ [...] não só um mestre da disciplina que leciona, mas também das habilidades de busca de informação e uso da biblioteca.” Esta prática viria colaborar para que tais habilidades acompanhassem os alunos em experiências futuras, tanto acadêmicas quanto profissionais.

Apesar desses enfoques, Neves (2000, p. 103) ao pesquisar bibliografias na área da educação sobre teorias de ensino e aprendizagem, não encontrou “manifestações explícitas em que para os teóricos educacionais, a biblioteca escolar faça parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem.”

Para Válio (1990, p. 19-20) “relacionar a biblioteca com a melhoria de ensino, utilizando-a em sua plenitude, como mediadores do processo ensino-aprendizagem, parece ser uma prática não implantada ainda nas escolas.”

Quanto às metodologias de ensino, Machado (2002, p. 14) concluiu que “as metodologias expositivas ou de obediência aos livros didáticos não permitem a abertura de outros elementos na relação ensino-aprendizagem.”

Por conta dessa situação, Silva apud Silva, M. A. (2004, p. 16) destacou que “os professores não conhecem os acervos existentes nas bibliotecas e nem orientam os alunos no que tange ao uso objetivo dos seus serviços.”

Milanesi (1983, p. 67) expressou preocupação com a extensão desse problema ao afirmar que “os alunos que entram na Universidade carregam os problemas de um ensino fundamentado na reprodução e não são capazes de se livrarem deles.”

Ao diagnosticarem tal problemática no meio acadêmico, Díaz Bordenave e Pereira (2001, p. 255) concluíram que os alunos lêem pouco porque:

[...] egressam do ensino secundário sem o hábito de ler, e sobretudo, de frequentar a biblioteca; As apostilas condicionam o aluno a não procurar outras fontes; A carga horária excessiva não deixa tempo para que os alunos frequentem a biblioteca; A biblioteca tem poucos livros, facilidades precárias, mal atendimento; Os alunos não sabem como utilizar a biblioteca; Os professores não

estimulam o uso da biblioteca: em geral os alunos não precisam freqüentar a biblioteca para serem aprovados.

Em função disso os Autores (2001, p. 20) sugeriram medidas para que haja melhorias no quadro de desempenho do Ensino Superior, dentre as quais se dá destaque “[...] ensinar os alunos a estudar e aprender; [...] desenvolver nos alunos a atitude e a habilidade da pesquisa; [...]”

Afinal, não são essas as medidas que deveriam ser adotadas em todo o Ensino Básico e Profissionalizante? Será que esse diagnóstico no Ensino Superior não reflete justamente a falta desses instrumentos na formação básica?

O Governo tem demonstrado preocupação com a questão. As orientações contidas nos PCNs para os professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio mostram isso, mas é necessário garantir condições para a sua aplicabilidade. É possível que isto possa vir a acontecer por meio de um currículo que capacite o professor a explorar o espaço da biblioteca e, também, de maior investimento na biblioteca da escola.

2.2.1 Escola: lugar para aprender a gostar de ler

Para Escarpit e Baker apud Leite (1999, p. 32, grifo nosso) “as atividades escolares de leitura nas escolas são pouco motivadoras. Contando com bibliotecas escolares as atividades vinculadas à *leitura recreativa*, será apresentada de *maneira agradável e em ambiente adequado*.”

Para os Autores, o gosto pela leitura está relacionado à questão do acesso ao livro, e a escola, como espaço público, deve favorecê-lo, criando oportunidades para que seja despertado nos alunos o interesse pela leitura.

Para Leite (1999, p. 32), “[...] a família desempenha papel preponderante no processo de formação de leitores, pois seus membros [...] são os primeiros incentivadores da criança.”

Mas, como exigir dos pais um estímulo que não receberam? Com a carga diária de trabalho e tão pouco tempo para os filhos, resta à escola a incumbência de tal tarefa, mas não é esse um dos papéis da escola?

A biblioteca da escola, ao oferecer aos usuários acesso a uma coleção formada por bons livros, cria condições para que a coleção seja “consumida” não pela cobrança do currículo, mas pela curiosidade e pelo prazer da leitura, o que ajudaria os alunos no desempenho curricular, uma vez que todas as atividades escolares exigem do aluno o exercício da leitura e a interpretação do que foi lido.

2.2.2 Pesquisa: uma prática, ainda, precária na escola

Entende-se que a pesquisa demandada pela escola deve ser vista sob dois aspectos: o da existência da biblioteca na escola, com acervo e toda a infraestrutura necessária para receber os estudantes, e o da necessidade da escola/professor orientar os alunos quanto aos processos de elaboração (coleta de dados, seleção, citação, referência, etc.) e de sua apresentação escrita.

Conforme Faqueti e Rados (2002, não paginado, grifo nosso) a pesquisa é “um importante instrumento metodológico para estimular o aprendizado escolar tendo em vista que sua elaboração envolve diretamente o manuseio de *informações diversificadas*.”

Para Macedo e Semeghini-Siqueira (2000, p. 26) “a orientação à pesquisa escolar como política a ser adotada na escola auxiliará o aluno na seleção e reconhecimento da melhor informação e estruturação dos textos.”

De acordo com Campello (2001, p. 77) um bom acervo permitirá “que as crianças aprendam sobre as próprias fontes de informação no que diz respeito à sua autoria, origem, da época em que foram produzidas, percebendo que elas são produtos da pesquisa e do trabalho de diversas pessoas.”

Para Neves (2000, p. 111) a pesquisa escolar

[...] poderá se constituir em uma das melhores estratégias para favorecer o processo de aprendizagem do aluno pelo próprio aluno. Esta prática envolve, basicamente, atividades de leitura e de escrita, exigindo, porém de seu agente processos de pensamento mais elaborados que superem a mera decodificação do sistema verbal ou a transcrição de textos.

No entanto, a carência do acervo quanto à atualização, diversidade, quantidade e a disponibilidade das informações faz com que os alunos utilizem as poucas e as mesmas fontes de informação quando da realização dos trabalhos escolares, e que, somada à falta de orientação quanto a sua elaboração, abrem caminho para os chamados trabalhos-cópia.

Essa situação tem gerado um quadro em que as opiniões e as reflexões dos alunos são pouco exploradas ou omitidas, fazendo com que os trabalhos apresentem características de impessoalidade.

O uso da *Internet* pelos alunos, associado à falta de orientação à pesquisa por parte da escola, têm colaborado para o agravamento da problemática da “cola”, cujas informações podem ser oriundas, inclusive de *sites* de procedência duvidosa. (GARCEZ, 2004).

Enquanto a atividade de orientação à pesquisa na escola abre a possibilidade para que os alunos tenham oportunidade de usufruir a informação num modelo educativo fundamentado na construção do conhecimento, a inexistência de biblioteca na maioria das escolas e/ou a falta de estrutura nas poucas existentes, faz com que os estudantes encontrem na Biblioteca Pública um refúgio para a realização de suas pesquisas.

Há muito tempo as bibliotecas públicas vêm sendo tomadas por estudantes de todas as idades. Na verdade, como bem registrou Miranda apud Antunes, W. A. (1986, p. 125) “a biblioteca pública vem exercendo o papel de suplência da biblioteca escolar.”

3 CONSIDERAÇÕES

A biblioteca escolar enfrenta grandes desafios para desempenhar o seu verdadeiro papel: falta infra-estrutura para que os serviços sejam de melhor qualidade e o profissional bibliotecário encontra-se, ainda, impedido de atuar nesse espaço. Pela ausência do cargo de bibliotecário na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, não há bibliotecários nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina.

Compreende-se que a biblioteca bem estruturada e equipada pode se transformar em forte aliada no processo ensino-aprendizagem, contribuindo para que os índices do Governo, relacionados ao desempenho escolar dos educandos, sejam de melhor qualidade.

É necessário que haja vontade política dos dirigentes nas esferas dos poderes Executivo e Legislativo Estadual, e órgãos de classe (professores e bibliotecários), no sentido de viabilizar ações que garantam a permanência da biblioteca e do bibliotecário nas escolas públicas.

As escolas da Rede Pública do Município de Florianópolis (SC) possuem bibliotecas e bibliotecários, no entanto o Estado encontra-se desprovido, ainda, destes profissionais nas escolas e, nem todas contam com bibliotecas em suas estruturas.

Há uma mobilização da Classe Bibliotecária Catarinense, junto ao Governo do Estado e da Assembléia Legislativa, para a criação de 300 cargos de bibliotecários. Mesmo sabendo de antemão que este número é insuficiente para atender as 1.329 unidades escolares públicas do Estado de Santa Catarina, a categoria está otimista.

Talvez seja este um começo para que no futuro, a obrigatoriedade de biblioteca e de bibliotecário nas escolas de ensino fundamental e médio venha ser a mesma dispensada às unidades acadêmicas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, V. L. F. G. et al. Diagnóstico das bibliotecas escolares da Rede Estadual de Ensino de Belo Horizonte – MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Associação dos Bibliotecários do Ceará, 2002. 1 CD-ROM.
- ALMANAQUE Abril 2005. São Paulo: Abril, 2004.
- ANTUNES, C. *Como transformar informações em conhecimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 37 p. (Na Sala de Aula, 2).
- ANTUNES, W. de A. Biblioteca e sistema de ensino. *B. ABDF Nova Ser*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 121-125, abr./jun. 1986.
- _____. Onde estão as bibliotecas escolares? *Cadernos do CED*, Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 58-66, abr./jun. 1987.
- BORBA, M. S. de A. *Adolescência e leitura: a contribuição da escola e da biblioteca escolar*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação Riograndense de Bibliotecários, 2000. 1 CD-ROM.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.
- _____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Informativo INEP*. Ano 3, n. 74, 26 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/informativo/informativo74.htm>>. Acesso em: 19 set 2005.
- _____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Disponível em: <<http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/dados/anexos/111.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2006.
- CAMPELLO, B. S. et al. A coleção da biblioteca escolar na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Informação & Informação*, Londrina, v. 6, n. 2, p. 71-88, jul./dez. 2001.
- DIAZ BORDENAVE, J.; PEREIRA, A. M. A biblioteca como instrumento de ensino-aprendizagem. In: *Estratégias de ensino-aprendizagem*. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 312 p. p. 255-265.
- DOUGLAS, M. P. *A biblioteca da escola primária e suas funções*. Rio de Janeiro: INL, 1971. 118 p.
- FAQUETI, M. F.; RADOS, G. V. A. A vivência da pesquisa escolar na construção do conhecimento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2005, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Associação Bibliotecária do Paraná, 2005. 1 CD-ROM.

- FIGUEIREDO, N. de M. *Paradigmas modernos da ciência da informação: em usuários, coleções, referência e informação*. São Paulo: Polis: APB, 1999. 168 p. (Coleção Palavra-chave, 10).
- FRAGOSO, G. M. Biblioteca na escola. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 124-131, 2002.
- GARCEZ, E. F. Orientação à pesquisa escolar aos alunos de 5ª série de escola pública estadual: relato de experiência. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 3., 2004, Belo Horizonte. *Anais Eletrônicos...* Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/gebe/index.php?m=3>> Acesso em: 6 set. 2005.
- LEITE, A. M. *O papel da biblioteca escolar na formação de leitores*. 1999. 44 f. Monografia (Especialização em Estratégias e Qualidade em Sistemas de Informação) – Departamento de Biblioteconomia, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- LEMO, A. A. B. de. Bibliotecas. In: *Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. 414 p. p. 345-366.
- MACEDO, N. D. de; SEMEGHINI-SIQUEIRA, I. *Biblioteca pública / biblioteca escolar de país em desenvolvimento: diálogo entre bibliotecária e professora para reconstrução de significados com base no Manifesto da Unesco*. São Paulo: CRB-8/ FEUSP, 2000. 53 p.
- MACHADO, A. *A implantação de bibliotecas escolares na rede de ensino de Santa Catarina (décadas de 30/40)*. 2002, 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) - Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- MANIFESTO IFLA/UNESCO PARA BIBLIOTECA ESCOLAR. Traduzido por Neusa Dias de Macedo. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>> Acesso em: 25 set. 2005.
- MARTUCCI, E. M. Recursos informativos - acervo. In: MACEDO, N. D. de (Org.). *Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual*. São Paulo: SENAC/SP: CRB8. 2005. 446 p. p. 323-326.
- MILANESI, L. *O que é biblioteca*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 107 p. (Coleção Primeiros Passos, 94).
- NEVES, I. C. B. Pesquisa escolar nas séries iniciais do ensino fundamental em Porto Alegre, RS: bases para um desempenho interativo entre sala de aula e biblioteca escolar. *Revista de Biblioteconomia & Comunicação*, Porto Alegre, v.8, p. 91-116, jan./dez. 2000.
- RIBEIRO, M. S. P. Desenvolvimento de coleção na biblioteca escolar: uma contribuição à formação crítica sócio-cultural do educando. *Trans-informação*, São Paulo, v.6, n.1/2/3, p. 60-73, jan./dez. 1994.

SALES, F. de. *A biblioteca na construção da cidadania*. 2002. 36 f. Monografia (Especialização em Direitos Humanos e Cidadania) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SANTA CATARINA. Lei Complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação. In: *Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina*. 8. ed. Florianópolis, [1998?] p. 53-92.

SILVA, W. C. da. *Miséria da biblioteca escolar*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 119 p. (Coleção Questões da nossa história, 45).

SILVA, M. do A. Biblioteca escolar e educação. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 3., 2004, Belo Horizonte. *Anais Eletrônicos...* Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/gebe/index.php?m=3>> Acesso em: 6 set. 2005.

VÁLIO, E. B. M. Biblioteca escolar: uma visão histórica. *Trans-in-formação*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 15-24, 1990.

VERGUEIRO, W. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1989. 95 p.

THE LIBRARIAN AT SCHOOLS: A NECESSITY

Abstract: Approaches the importance of libraries and the librarians to be pertaining to school context. It discourses about the collaborative work on teachers to include the library in pedagogical practical. Through official data proves the few investments in the school library and how librarians might be include in this environment. It relates the children poor performances to the deficiency of instruments to reading and research on the school. It argues so that the State Executive duty with urgency is to creation a librarian position on the Santa Catarina State Education Secretary, Science and Technology.

Keywords: School library; Learning process; School Librarian.

Eliane Fioravante Garcez

Bibliotecária, CRB-14/238

Especialista em Gestão da Informação – UFSC

Especialista em Gestão de Bibliotecas – UDESC

E-mail: efgarcez@ig.com.br

Artigo recebido em: 29/08/2006
Aceito para publicação em: 15/12/2006